
ENSAIO ACERCA DA DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS ENQUANTO PROBLEMA

*Wellington Trotta*¹

INTRODUÇÃO

O propósito deste ensaio é refletir sobre a condição das ciências sociais a partir de um problema que lhe é crucial, sua delimitação metodológica. Nesse sentido, antes de analisar este problema central do trabalho, entendeu-se por bem tecer algumas considerações importantes de ordem teórica para situar os problemas referentes ao conhecimento, à natureza da ciência, ao significado do método e ao surgimento das ciências sociais a partir da industrialização no final do século XVIII. Destarte, este ensaio ficou dividido em três tópicos e uma conclusão.

Antes de passar em revista o conteúdo destes tópicos, desejava-se dizer que cada um deles foi elaborado em momentos distintos com o fim de apresentar, para os alunos, material que servisse de

¹ Wellington Trotta tem Doutorado em Filosofia pelo IFCS-UFRJ, além de lecionar Filosofia na UNESA.

apoio para discussões em sala de aula. Com isso, este texto tomou a forma de um ensaio que mais parece um esboço por conta dos resultados desta pesquisa ter um caráter provisório, isso porque as conclusões não são definitivas e sim precárias. Oxalá, assim seja.

No primeiro tópico, *A questão do conhecimento e problemas correlatos*, analisaram-se os significados de conhecimento, a distinção entre conhecimentos científico e vulgar,² noções de diferença entre ciências humanas e naturais e a ideia de ciências sociais. No segundo tópico, *Revolução capitalista-industrial e o surgimento das ciências sociais*, estudou-se o cenário do surgimento das ciências sociais na Europa do século XIX, além de passar em revista seus elementos conceituais básicos, desenhando-se as noções elementares de sociologia, ciência política e antropologia. Não foi esquecida a relação entre o advento das ciências sociais no impacto do nascimento da sociedade capitalista industrial. O terceiro e último tópico, *O problema da delimitação metodológica das ciências sociais*, estudou-se a importância das quatro leituras clássicas das ciências sociais, a saber: as comteana, marxiana, durkheimiana e weberiana no que tange à intrincada *aporía* quanto ao método em ciências sociais. Ressalta-se, ainda, que neste tópico deu-se mais espaço à reflexão sobre o método weberiano por conta de se distanciar dos demais, pois ao contrário dos outros três, Weber relativiza a estrutura em que vivem os indivíduos, pois sua escola acirra grande dissenso nas ciências sociais. Por último, na conclusão, ao contrário dos “textos científicos”, refletiu-se sinteticamente sobre o entendimento de Husserl acerca das chamadas ciências do espírito.

Este ensaio, a despeito dos seus erros, é dedicado ao mestre Aquiles C. Guimarães.

² “O senso comum é um juízo sem nenhuma reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, por todo um povo, por toda uma nação ou por todo gênero humano” (VICO, 1959, p. 84, XII).

1 – A QUESTÃO DO CONHECIMENTO E PROBLEMAS CORRELATOS

O conhecimento é uma especificidade humana que, segundo Husserl, *“pertence à esfera das cogitationes; ergo temos de elevar intuitivamente à consciência da universalidade as objectalidades universais desta esfera”* (1989, p. 28). Logo, o conhecimento é um ato humano de apreensão dos fenômenos⁴ a partir de suas qualidades e características, isto é, sua essência, *“aquilo que se encontra no ser próprio de um indivíduo como o que ele é”* (HUSSERL, 2006, p. 36).⁵ Nesse sentido, é por meio do conhecimento que o homem descobre, apreende, cria e recria constantemente, no próprio intelecto, a realidade. Com esse fim, o homem utiliza métodos e técnicas para processar o conhecimento de fenômeno observável, nisso faz ciência, procurando condições objetivas para obter resultados seguros sobre determinado fenômeno, fato, coisa etc. Como a ciência é uma atividade do espírito que aspira objetividade cognitiva, e o seu domínio é vasto, ela se divide em áreas de conhecimento com o propósito de apreender a totalidade de cada um dos fenômenos, no que se delimitam seus campos de atuação sem excluir relação entre os saberes, ou como Husserl, *“a toda ciência corresponde um domínio de objetos como domínio de suas investigações, e a todos os seus conhecimentos, isto é, aqui a todos os seus enunciados”* (2006, p. 34).

Nisso o homem desenvolveu, além da dimensão instintiva, diversas habilidades oriundas da capacidade de apreender. Essa capacidade o torna um ser único dentro da esfera de transmissão do conhecimento, por isso sua capacidade de aprendizado o diferencia

³ Traduz-se por “pensamentos e/ou ideias; portanto”.

⁴ Ao logo deste trabalho, os termos “fenômeno” e “objeto” constituem sinônimos.

⁵ “Todo conhecimento racional predicativo e conceitual remete a evidência. Para que isso fique bem entendido, é preciso notar, porém, que somente a evidência originária é fonte ‘original’ de legitimidade” (HUSSERL 2006, p. 315). “Se a teoria do conhecimento quiser concentrar-se na possibilidade do conhecimento, tem de ter conhecimentos sobre possibilidades cognitivas que, como tais, são indubitáveis e, claro está, conhecimentos no sentido mais estrito, a que cabe a apreensibilidade, e acerca da «sua» própria possibilidade cognitiva, cuja apreensibilidade é absolutamente indubitável” (HUSSERL, 1989, p. 22-23).

dos animais, que transmitem aos seus descendentes, apenas geneticamente, formas de garantir a sobrevivência. O homem, ao contrário, lega aos seus herdeiros, pela via do ensino-aprendizagem - pelos símbolos, por meio da linguagem - uma relação dotada de significados e sentidos. Por isso, o homem é um ser cultural que produz sua própria história a partir do desenvolvimento da capacidade simbólica e da linguagem em que a ação humana passou a ser intermediada pela atribuição de significados. Os gregos conceberam o saber como um fim em si mesmo, e podem ser considerados os construtores de uma forma de pensar à qual se deu o nome de ciência - *epistheme*, conhecimento verdadeiro-, uma atividade do espírito que se pretende objetiva, na qual as conclusões podem ser verificadas por qualquer indivíduo voltado decisiva e metodicamente à solução de problemas.

Dessa forma, cada ciência constitui um campo delimitado de pesquisa e elabora seu método próprio. As ciências objetivam princípios verificáveis e constatáveis, por exemplo: água é uma substância composta de duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio. Assim, as observações feitas aos fenômenos são generalizadas e expressas em leis ou princípios. É salutar frisar que o termo ciência é de origem latina e vem de *scientia*, do verbo *scire* (conhecer), que significa conhecimento. O conhecimento científico opõe-se ao vulgar, e também aos conhecimentos filosófico e religioso, porque se baseia na experiência sensorial, na operação concreta e na verificabilidade. Logo, a ciência é, por natureza, empírica, racional, cumulativa e geral. Empírica pois funda-se na observação; racional por conta do processo lógico-coerente-demonstrativo; cumulativa pelo fato de aproveitar dados comprovados e demonstrados, e geral porque tende à universalização dos fenômenos por meio de uma teoria.

Para Eva Maria Lakatos, "*ciência é todo um conjunto de atitudes e de atividades racionais dirigidas ao sistemático conhecimento com*

objeto delimitado, capaz de ser submetido à verificação." (1987, p. 21). Segundo a autora, como para muitos epistemólogos, a ciência consiste num saber que aspira exatidão à medida que procura uma lei geral que estabeleça compreensão de um fenômeno. Embora o termo ciência enseje um mosaico de significações a partir das mais diversas teorias, é preciso destacar que ciência é, antes de tudo, uma construção cognitiva que visa investigar os fenômenos e deles extrair suas propriedades por meio de um critério necessariamente universal. Entretanto, conforme Hilton Japiassú, nem sempre o que se considera ciência é de fato ciência; por vezes, não passa de construções empiricamente fundadas em aspectos ideológicos ligados ao senso comum (1981, p. 99).

1.2 - Senso comum e o conhecimento científico: características

O conhecimento científico, como é concebido hoje, surgiu a partir do século XVII com a revolução científica em que se destacaram as teses cartesianas sobre o método e as de Galileu sobre a matematização da ciência.⁶ A ciência moderna nasceu ao determinar o objeto específico da investigação e ao criar um método pelo qual se possa fazer o controle sobre os resultados da experimentação quantitativa. O rompimento da ciência moderna com a ciência antiga se apoia definitivamente na busca da construção do seu próprio método de averiguação, aquisição e obtenção de conhecimentos sobre um determinado objeto ao mesmo tempo em que recusa a causa final aristotélica e calca-se somente na causa eficiente, optando por uma ciência da quantidade em detrimento daquela de qualidade. Assim, a física, a astronomia, a biologia etc. assumem

⁶“A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto” (GALILEU, 1996, p. 46).

o *status* de ciências no mundo moderno, abrindo caminho para novas possibilidades de conhecimento como busca da objetividade e do rigor experimental como critério de avaliação do progresso da pesquisa. Inaugura-se, portanto, um novo modelo de ciência ligado aos interesses bélicos das grandes nações, à satisfação das exigências da expansão econômica das empresas que se lançaram na aventura marítima etc. Dentro desse novo modelo de representações, a ciência moderna inaugura os primeiros passos como antítese ao pensar religioso, à metafísica e se assume como técnica. Para Chauí a:

Ciência distingue-se do senso comum porque este é uma opinião baseada em hábitos, preconceitos, tradições cristalizadas, enquanto a primeira baseia-se em pesquisas, investigações metódicas e sistemáticas, na exigência de que as teorias sejam internamente coerentes e digam a verdade sobre a realidade. A ciência é conhecimento que resulta de um trabalho racional (2001, p. 251).

Pode-se, então, dividir, grosso modo, o conhecimento em científico e vulgar, geralmente chamado de *senso comum*, um conhecimento fragmentado, ingênuo, particular e subjetivista, centralizando maneiras de agir. Já o conhecimento científico é aquele que busca a apreensão, compreensão ou descrição do fenômeno tendo por base um método específico que assegure universalidade necessariamente. Por outro lado, em sua obra *A formação do espírito científico*, Gaston Bachelard (1996, p. 18) assinala que:

A opinião está, de direito, sempre errada. A opinião pensa mal; não pensa; traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los. Não se pode basear nada na opinião: antes de tudo, é preciso destruí-la. Ela é o primeiro obstáculo a ser superado.

Bachelard é peremptório quando identifica o senso comum como o grande obstáculo ao conhecimento verdadeiro, o científico,⁷ chegando a enfatizar a necessidade de destruí-lo pela tomada

⁷“A ciência é a estética da inteligência” (BACHELARD, 1996, p. 13).

da consciência de que se deve abandonar os preconceitos, uma das fontes poderosas da opinião. O senso comum é ametódico e assistemático, caracterizando-se como conhecimento espontâneo por ter como preocupação imediata resolver os problemas cotidianos da vida. O conhecimento empírico é vulgar ao se basear na experiência cotidiana, e é fragmentário por não estabelecer conexão de causa e efeito. Ademais, o senso comum é particular por se restringir a uma pequena amostra da experiência individual.

É bem verdade que o senso comum tem uma garantia cultural, pois é válido para determinadas situações não complexas, pois há nele um repertório de saberes satisfatórios para as exigências simples. Porém, o senso comum é insuficiente para compreender a realidade e transformá-la.⁸ Ele perde o seu significado diante do complexo, nisso cala-se num silêncio profundo. É a partir desse instante que se faz necessário o conhecimento científico que, em razão de seu conteúdo, pode formar e estruturar o progresso humano.

Enfim, o conhecimento científico é universal em razão de não se basear em construções particulares como a experiência pessoal, por exemplo, mas sim na verificação por meio da investigação criteriosa, objetivando traçar estruturas gerais e necessárias sobre aquilo que está sendo investigado; nesse sentido, é quantitativo, pois se baseia em medidas, padrões e critérios de comparação e avaliação. Pode-se dizer que o conhecimento científico se diferencia do senso comum pela sua linguagem, por exemplo, a matemática que marca definitivamente a separação entre o que é e o que não é científico.⁹

⁸ “O mundo é o conjunto completo dos objetos da experiência possível e do conhecimento possível da experiência, dos objetos passíveis de ser conhecidos com base em experiências atuais do pensamento teórico correto” (HUSSERL, 2006, p. 34).

⁹ A revolução científica pode ser considerada uma grande realização do espírito crítico humano com sua formulação de hipóteses ousadas e inovadoras como, por exemplo, a rejeição do modelo geocêntrico de cosmo e sua substituição pelo modelo heliocêntrico, a noção de espaço infinito, e a visão da natureza como possuidora de uma “linguagem matemática”. A revolução científica, ao tirar a Terra do centro do universo e ao trazer para o primeiro plano a ciência da natureza, se afasta dos temas centrais do humanismo e da reforma, sofrendo, em muitos casos, a condenação tanto de protestantes quanto de católicos. A redescoberta do ceticismo é fruto da oposição entre o antigo e o moderno. A ausência de critério conclusivo sobre a validade destas teorias torna-se a sua problemática central.

1.3 - O PROBLEMA DO MÉTODO EM RELAÇÃO AO CONHECIMENTO

O método, enquanto caminho ou forma de apreender, adquirir, obter ou construir conhecimentos, sempre foi uma preocupação filosófica desde a antiguidade. No entanto, a partir da idade moderna os filósofos elevaram o conhecimento à condição de problema central em detrimento do problema “do ser”, ou seja, o ontológico cede lugar ao gnosiológico e, conseqüentemente, ao epistemológico.¹⁰ Como problema, o conhecimento torna-se objeto de inúmeras pesquisas teóricas que impulsionaram a ciência moderna, agora não mais concebida pela mera observação, mas também pela demonstração, experimentação e reprodução das condições objetivas de ambientes específicos em que os objetos estão situados e pesquisados.

Etimologicamente, método é uma palavra composta por *meta* que quer dizer “ao longo de”, e *hodos*, “caminho”; portanto, método é o caminho que se percorre, ou critério adotado para apreender, construir, descobrir, adquirir ou desconstruir um determinado objeto. É nesse momento que o método passa a ser visto como problema da seguinte forma: o que é o conhecimento? Qual a sua possibilidade? Como adquiri-lo? Nesse período, destacam-se Francis Bacon e René Descartes como filósofos preocupados em superar o senso comum pela observação segura do rigor científico, tendo as matemáticas como inspiração para a elaboração de um estatuto para uma nova ciência. A síntese desse momento, que até hoje ecoa nas ciências, é a sentença de Galileu Galilei de que a matemática é a linguagem da ciência, isto é, para se fazer ciência é preciso ter por fundamento a estrutura universal da matemática.

¹⁰ Gnosiologia ou teoria do conhecimento é o ramo da filosofia que investiga a natureza, possibilidade, identidade etc. no que diz respeito ao conhecimento e a relação entre sujeito que conhece e objeto conhecido. Epistemologia, como disciplina filosófica, pesquisa o conhecimento científico em geral, e a natureza das ciências em particular. “Pode já chamar-se teoria do conhecimento à tentativa de tomada de posição científica perante estes problemas. Em todo o caso, a ideia de teoria do conhecimento surge como a de uma ciência que resolve as dificuldades aqui em discussão e nos fornece uma intelecção última, clara, por conseguinte, autoconcordante, da essência do conhecimento e da possibilidade da sua efectuação” (HUSSERL, 1989, p. 22).

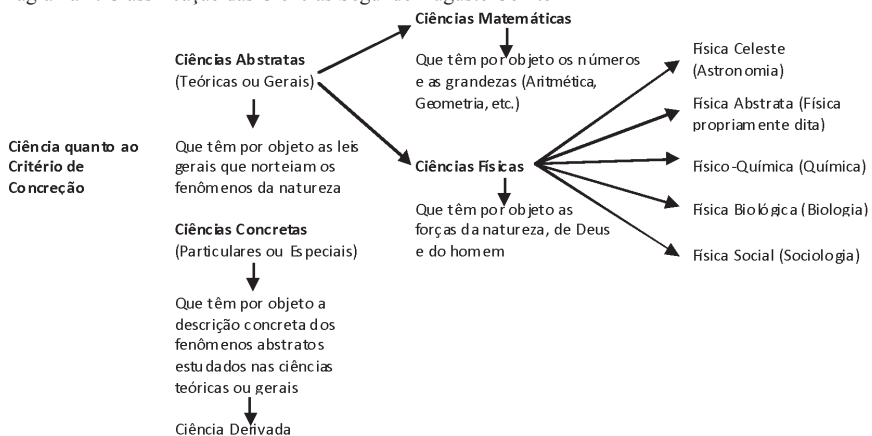
1.4 – Ciências naturais e ciências humanas

A divisão entre ciência naturais e humanas sofreu uma grande influência por parte daqueles pensadores que têm na matemática a grande inspiração científica, a qual, por sua vez, teve início com os gregos e se radicalizou com Galileu e Descartes, ratificando o método científico como aquele que passa pela linguagem matemática. Mais tarde, no século XIX, o positivismo pelas mãos de Comte, inspirado nessa mesma premissa, passa da matemática à física como modelo ideal,¹¹ sustentando que a sociologia, para alçar o status de ciência, deve levar em consideração o programa das ciências naturais, especialmente o da física e todo o seu arcabouço metodológico. Tanto assim, que o próprio Durkheim, mais tarde, analisa os fenômenos sociais dentro de uma perspectiva biológica, com isso alimentando o princípio de que o estatuto epistemológico para todas as ciências passa pelo das ciências naturais.

Compreende-se, porém, que as ciências naturais estudam os acontecimentos que ocorrem na natureza, denominados de fenômenos simples quando comparados ao universo humano, complexo por sua invariabilidade. A matéria-prima da ciência

¹¹ FRIEDE, 2009, p. 242.

Diagrama 2: Classificação das Ciências Segundo Augusto Comte



natural é todo o conjunto de fenômenos que se repetem e têm uma constância verdadeiramente sistêmica, já que podem ser vistos isoladamente e, assim, reproduzidos. Dois observadores diferentes podem provar a mesma teoria, pois a pesquisa laboratorial procura assegurar objetividade. Portanto, nas ciências naturais, os fenômenos podem ser apreendidos e reproduzidos.¹²

Por outro lado, as ciências humanas constituem um conjunto de ciências que têm por objeto o estudo dos diferentes aspectos da manifestação da vida individual e social em que estudam o ser humano do ponto de vista social, histórico, econômico, político, geográfico etc. Essas ciências estudam fenômenos complexos, por exemplo, uma ação humana; o mesmo ato pode ter várias motivações e implicações. É difícil, nesse âmbito, descobrir a causa única para os fenômenos. As matérias-primas das ciências humanas são os eventos humanos que servem de foco ao cientista, sendo complicados de serem reproduzidos, pois as situações humanas são de difícil controle se comparadas aos objetos de estudo dos biólogos, químicos, físicos etc. Portanto, os fenômenos humanos são somente apreendidos e não reproduzidos.¹³

Se os fenômenos humanos são irreproduzíveis, pode-se apenas reconstruí-los abstratamente sem que se possa afirmar que a reconstrução seja a “verdadeira”, por isso essas reconstruções são parciais, no que as ciências humanas trabalham com fenômenos que fazem parte da vida humana. Quando se estuda baleias, por exemplo, estuda-se algo diferente do homem, estabelecendo relação

¹² Uma possível classificação das ciências:

- a – Ciências formais: Matemática, lógica.
- b – Ciências naturais: Biologia, química, física, geografia, astronomia etc.
- c – Ciências da saúde: Medicina, fisioterapia, educação física, psicologia etc.
- d – Ciências da produção: Engenharias de um modo geral.
- e – Ciências da informação: Informática etc.
- f – Ciências Humanas: Psicologia social, história, geografia humana, ciências sociais etc.
- f.1 – Ciências Sociais: Sociologia, antropologia e ciência política.
- f.2 – Ciências Sociais Aplicadas: Direito, Administração, Serviço Social etc.

¹³ “A fenomenologia do conhecimento é ciência dos fenômenos cognoscitivos neste duplo sentido: ciência dos conhecimentos como fenômenos (Erscheinungen), manifestações, actos da consciência em que se exibem, se tornam conscientes, passiva ou activamente, estas e aquelas objectalidades; e, por outro lado, ciência destas objectalidades enquanto a si mesmas se exibem deste modo” (HUSSER, 1989, p. 34-35).

de objetividade; há uma diferença entre sujeito e objeto. Porém, no âmbito das ciências humanas, há uma interação complexa entre o investigador e o objeto investigado, uma vez que ambos compartilham do mesmo *lócus* de experiências e, nesse caso, há uma relação dialética entre os fenômenos externo e interno. Há, assim, diferença entre um saber voltado para as coisas inanimadas ou passíveis de serem submetidas a uma objetividade total e um saber, como o das ciências humanas, constituído sobre os homens em sociedade.

Por isso, História, Psicologia Social, Geografia Humana e outras ciências humanas propriamente ditas e seus respectivos objetos são estudados em um contexto indivíduo-sociedade; porém, para muitos teóricos, tais ciências diferenciam-se das ciências sociais pelo fato destas estarem inseridas em uma ótica estruturalmente social, na qual o indivíduo se determina pelo conjunto da sociedade. Mas, seja como for, esta classificação pode ser mudada a partir de novas descobertas conceituais.

As ciências sociais são aquelas, dentro da dimensão das ciências humanas, estudadas a partir do homem e suas relações externas à sua individualidade. Costuma-se afirmar que as ciências sociais não percebem o homem isolado; a atuação deste é apreendida em uma estrutura que vai além do indivíduo. Nas ciências sociais, o indivíduo é pensado do ponto de vista da totalidade social que o compreende e suas implicações. Ciências sociais, portanto, constituem um conjunto de ciências que pesquisam o homem dentro de uma perspectiva estrutural, investigando ações de natureza sociopolítico-cultural.

2 - REVOLUÇÃO CAPITALISTA-INDUSTRIAL E O SURGIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

As condições de possibilidade da revolução industrial foram muitas, dentre as quais destacam-se a acumulação de recursos

econômico-financeiros devido à intensificação do comércio internacional, à política mercantilista inglesa e ao projeto do Estado e dos homens de negócios investirem em pesquisas científicas. A divisão do trabalho a partir da organização do trabalho individual, antes artesanal e doméstico, nas oficinas fornecendo matéria-prima se altera para atividade manufatureira, transformando a atividade agrícola com a introdução de novas técnicas, gerando aumento de produtividade, reordenando a sociedade rural em urbana.

Segundo Raymond Aron (2002, p. 96-97), o fato que chama atenção dos estudiosos da sociedade, no princípio do século XIX, é o surgimento da indústria que altera o cenário da vida europeia, destacando aspectos como a (1) nova organização científica do trabalho em que há uma racionalização da produção, organizada para propiciar o maior lucro possível; (2) o fato de a ciência ser aplicada à organização do trabalho e propiciar o desenvolvimento de seus novos recursos produtivos; (3) o caráter científico do trabalho, que gera uma crise de superprodução, ou seja, aumento da riqueza, consequentemente majorando-se a pobreza em meio à abundância de objetos, mercadorias etc..

Uma sociedade industrial pode ser entendida como aquela em que a indústria determina novo padrão de vida social a partir da produção em massa de mercadorias. A produção se processa em empresas separadas radicalmente da família e, nesse processo, há divisão sócio-tecnológica do trabalho, que é uma das características das sociedades industriais modernas. Todas essas sociedades implicam certa organização das massas trabalhadoras e o questionamento constante da propriedade individual dos meios de produção de riqueza social.

A expressão “sociedade industrial” vem da herança saint-simoniana e foi empregada em substituição à expressão “sociedade

capitalista”. Essa sociedade deixa-se caracterizar pela importância cada vez menor dos camponeses e pelo peso decisivo dos operários de fábrica e dos empresários capitalistas. O mercado, o contrato e a moeda são condições institucionais da dinâmica entre os integrantes da sociedade industrial. Nisso a industrialização emprega certo número de descobertas científicas e, nesse sentido, a ciência aliada à técnica propicia poupar esforços e aumentar a produção. Tal ideia se expressa no pensamento de August Comte quando enfatiza a necessidade da ciência para a previsão que se aplica à ação.

Por outro lado, a industrialização pressupõe o reconhecimento da possibilidade de aplicar e/ou utilizar novos conhecimentos sobre a natureza física à organização da produção. Com a Revolução Industrial, desponta-se uma nova ordem de valores. As teses defendidas e vividas pela medievalidade não são mais válidas, e procura-se construir uma nova ordem social, uma estrutura que seja estável, que garanta tanto a produção quanto a comercialização dos bens postos no mercado. A Revolução Industrial elimina velhas corporações e cria duas classes distintas, porém ligadas entre si no interior da produção: burguesia e proletariado. Em uma passagem do *Manifesto comunista*, Marx e Engels (2005, p. 41-44) interpretam o papel revolucionário da indústria e sua relação com a ciência da seguinte maneira:

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia [...] A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração de continentes

inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto – que século anterior teria suspeitado que semelhantes forças produtivas estivessem adormecidas no seio do trabalho social?

A Revolução Industrial provocou mudança na produção sistemática de bens em larga escala pelo aperfeiçoamento das máquinas, pelo emprego de uma nova tecnologia de alta qualidade em que o capitalismo se reproduz por meio da ampliação do mercado consumidor. Por isso, o capitalismo combaterá toda espécie de servidão, pois nada mais contrário ao mercado e à oferta de produtos do que indivíduos servos sem capacidade de comprá-los, de adquiri-los. O escravo, o servo e toda uma massa deveriam ser transformados em assalariados capazes de consumir mercadorias por meio de compra, através do dinheiro, agora ocupando o *status* de riqueza. O capitalismo, com a Revolução Industrial, tem na ciência uma grande aliada por meio de novas possibilidades tecnológicas, promovendo uma forma de socialização do avanço científico capaz de produzir bens para a satisfação das necessidades existentes, além de criar outras novas, visando produzir bens para atendê-las.

2.1 - Conceitos básicos sobre Sociologia, Ciência Política e Antropologia.

A Revolução Industrial foi importante para o advento das ciências sociais por motivos como a expansão da produção por conta da mundialização do mercado, emprego da tecnologia no binário custo-qualidade no processo de produção, conhecimento dos costumes dos outros povos além das fronteiras do centro produtor de mercadorias, resposta ao advento do pauperismo urbano, justificativa à codificação das leis do Estado e sua significação no seio da sociedade etc. Portanto, as ciências sociais surgem dentro de um contexto histórico dominado pela consolidação da sociedade capitalista em razão da revolução industrial, pelas crises econômicas

e sociais do capital, e por novas formas de pensar, oriundas da retomada do racionalismo que, influenciado pelo pensamento cientificista, provocou o surgimento de diversas correntes teóricas, como, por exemplo, o marxismo, o positivismo etc.

Desse modo, as ciências sociais estudam o homem e o seu universo sociopolítico-cultural, analisando as interrelações entre os diversos fenômenos sociais. A sociologia estuda as estruturas sociais, tais como família, parentesco, organização do trabalho etc.; a ciência política estuda as estruturas de poder; e a antropologia analisa o processo biocultural do homem, além do que ele construiu ao longo de sua história.

As ciências sociais não surgiram do nada em pleno século XIX; pelo contrário, seu advento foi resultado de uma longa maturação daquilo que se iniciara entre os gregos, cujas discussões filosóficas faziam abordagens sociológicas, políticas e antropológicas. Mas, foi a partir do século das experimentações (XIX) que as ciências sociais, influenciadas pelo positivismo, foram elevadas à categoria de ciência. Tal construção não foi obra de um filósofo ou de um cientista, mas representou o resultado do trabalho de vários pensadores ao longo dos tempos. Nesse sentido, as ciências sociais surgem como uma resposta teórica à crise social daquele momento, quando os primeiros sociólogos valorizaram determinadas instituições que, segundo eles, desempenhavam papéis fundamentais na integração e na coesão da vida social.

O século XVIII constituiu um marco importante para o surgimento dessas novas ciências em virtude do Iluminismo com todo o seu aparato crítico e teórico do conhecimento, das transformações econômicas, políticas e culturais provocando problemas inéditos até então e as revoluções *Francesa 1789* e *Industrial* constituindo-se em eventos à instalação definitiva da sociedade capitalista. Esse

avanço gradual configurou o solapamento dos antigos costumes que organizavam a vida social. Assim, a formação de uma nova sociedade industrializada e urbana implicou a destruição de certas tradições e valores como, por exemplo, o artesão independente, a servidão, o modelo de família patriarcal etc. Dessa forma, justifica-se conhecer os conceitos de cada uma das ciências sociais.

2.2 - Sociologia

Sociologia é uma ciência do ramo das ciências sociais que estuda o "*comportamento humano em grupos, ou da interação entre seres humanos. Procura compreender a natureza e propósito da associação humana. A maneira como surgem, se desenvolvem e mudam vários tipos de associação, e as crenças e práticas que os caracteriza*" (KOENIG, 1967, p. 11)

Logo, a Sociologia estuda as estruturas sociais a partir de elementos como parentesco, trabalho, instituições sociais (família, igreja etc.); o comportamento social e as variações existentes dentro das sociedades; suas formas, fatores e formação. Mesmo havendo, no debate sociológico, diversas escolas teóricas, cujas concepções são distintas sobre a sociedade, a Sociologia tem seu objeto próprio e método adequado à observação dos dados de pesquisa.

A Sociologia não estuda o que deveria ser, mas o que é, como é, e por que é. O seu fundamento é o estudo dos fenômenos sociais conforme uma objetividade necessária, porque o sociólogo não pode manipular subjetivamente o objeto de estudo. O objeto social deve ser visto pela materialidade que nele existe, ou seja, a coisa social, por ser concreta, só pode ser pensada ou estudada de um ponto de vista concreto. Logo, o sociólogo procura apreender-compreender a realidade como ela se apresenta, e não como ele a representa.

2.3. - Ciência Política

No que concerne à Ciência Política, seu foco é a apreensão/explicação/descrição do sentido do *que é política* e como as relações de poder estão postas em uma determinada ordem social. Norberto Bobbio enfatiza que *"hoje não temos dúvidas em considerar a ciência política como uma ciência descritiva e/ou explicativa, mesmo se julgamos poder atribuir-lhe uma função prática ao encaminhar a atividade política"* (BOBBIO, 2002, p. 289).

Ciência descritiva ou explicativa, a verdade é que a Ciência Política pode e deve ir muito mais longe de uma simples exposição de dados e tabelas demonstrativas. A Ciência Política, que tomou a vez da Filosofia Política nos diversos debates concernentes ao problema do poder, tem por obrigação refleti-lo de maneira conceitual e não apenas formal.

Compreende-se até as dificuldades da Ciência Política enquanto reflexão sobre a natureza e especificidade do poder, todavia não se pode esquecer que a Ciência Política não se constitui como ciência natural, logo o seu objeto não é somente dado, mas apreendido pela observação do fenômeno político nas relações sociais. É sob este prisma que Maurice Duverger (1962) assinala as dificuldades de definir esta ciência pelo seu objeto.

Porém, no *Dicionário de política*, o pensador italiano Norberto Bobbio, afirma que *"a expressão Ciência Política pode ser usada em sentido amplo e não técnico para indicar qualquer estudo dos fenômenos e das estruturas políticas, conduzindo sistematicamente e com rigor, apoiado num amplo e cuidadoso exame dos fatos expostos com argumentos racionais"* (1997). No seu entender, Ciência Política é um saber cujo objetivo é conhecer a natureza do poder e como ele está organizado em uma dada formação social.

Independente de se considerar tal ciência em sentidos amplo ou estrito, o que se observa é que o fenômeno Ciência Política está relacionado a um saber cujo objetivo é apreender, descrever e compreender os movimentos dos homens em virtude das estruturas políticas criadas para atender aos fins daqueles que, em uma dada época e formação social determinada, estiveram à frente dos negócios públicos, movidos pelo mais diversos objetivos e interesses.

Importa ressaltar que o advento da Ciência Política marca um importante avanço no estudo das estruturas políticas, sua representação de poder e as formas de exercê-lo por meio de inúmeros processos de constituição de governos. Portanto, é tarefa da Ciência Política pesquisar as formas segundo as quais o poder é exercido e em que condições esse mesmo poder é construído, instituído e vivenciado pelo grupo ao qual está submetido.

2.4 - Antropologia

Assim como a sociologia e a ciência política, a Antropologia encontra problemas quanto à sua delimitação conceitual e ao seu objeto de reflexão. É comum, quando se aprofunda o estudo de uma dada ciência, encontrar dificuldades em delimitar sua unidade de atuação, isso também se dá com a física, a matemática ou outra ciência qualquer. Importa destacar que a complexidade da Antropologia corresponde, na devida proporção, às suas preocupações metodológicas e conceituais, portanto, a primeira vista, assinala-se que *"a Antropologia como ciência do biológico e do cultural tem seu objeto de estudo definido: o homem e suas obras"* (MARCONI-PRESOTTO, 2006, p. 2), ou, segundo Mércio Gomes, a Antropologia, enquanto ciência do homem, *"o toma na sua integralidade como homem, mulher, ser de coletividade, natureza, cultura e razão"* (2013, p. 13)

Enfim, etimologicamente, o termo antropologia quer dizer estudo do homem, pois *antrophos* significa homem em grego, e *logos*, ciência, estudo. Observa-se, então, que a Antropologia enquanto ciência se preocupa com o homem em sua dimensão cultural, ou seja, toma os grupos humanos a partir dos laços que unem seus membros como fator de identidade; logo, estuda os traços comuns que provocam unidades entre os indivíduos agrupados, não desconsiderando os caracteres biológicos desenvolvidos ao longo da história. Portanto, a Antropologia também pesquisa a evolução do homem levando em consideração seus traços físicos, dividindo-os em grupos étnicos.

3 – O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A delimitação do objeto de investigação das ciências sociais tem se constituído, historicamente, como grande problema destas ciências que pretendem conhecer as múltiplas facetas das estruturas da vida social enquanto seu fim último. Essa tarefa, por sua vez, impõe-se como condição de existência das ciências sociais, pois, ao contrário das ciências naturais, não possui um objeto de pesquisa invariável que facilite a vida dos seus estudiosos.

Essa irregularidade objetiva ensejou, a partir de cada observador, um conjunto de considerações metodológicas que parece ter construído, no seio das ciências sociais, um grande e permanente dissenso, o que, por outro lado possibilitou, segundo muitos discursos de “crise” das ciências sociais, especificamente uma falta de unidade científico-metodológica. Talvez esse sentido de crise seja uma herança do pensamento grego que buscou respostas necessárias nas construções argumentativas sob o impacto da estrutura geométrica.

Observa-se que essa inspiração matemática não é, em si mesma, um problema. Todavia, tal inspiração tem sido um elemento de insistente relação entre as dimensões social e natural no campo científico. Nesse sentido, o problema da delimitação das ciências sociais não se constitui como um obstáculo à sua natureza científica: esse dissenso marca sua especialidade e especificidade no marco do pensamento científico.

Os primeiros passos em transformar o sociopolítico-cultural em objeto de pesquisa de caráter científico remontam a 1839 com a publicação do quarto tomo do *Curso de filosofia positiva* de August Comte. Segundo este pensador, a sociologia como ciência da sociedade (física social) deveria inspirar-se epistemologicamente na física newtoniana que, depois de ter sido matematizada, encontrou seu objeto e deu grandes passos significativos, se estruturando como ciência capaz de responder, seguramente, as inquietações postas pelos homens. Nesse sentido, Comte anseia a objetividade pela positividade cognitiva, cujo encargo da ciência é explicar os fenômenos naturais e sociais, logo a sociologia como ciência embrionária deve buscar nas ciências da natureza o seu estatuto metodológico com vista ao seu êxito, pois, para Comte, o objeto da sociologia é a sociedade e o seu método de análise é a observação das relações necessárias entre causa e consequências dos fenômenos, necessariamente. Tanto Comte insiste no modelo newtoniano que sua sociologia é dividida em estática e dinâmica; esta estuda o processo histórico e progressivo da sociedade, ao passo que aquela investiga a estrutura dos elementos da sociedade.

Comte (1973, p. 10), herdeiro da ciência moderna pondera que *"o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a reconhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio*

e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude”.

Diferentemente de Comte, Karl Marx compreende o problema sociopolítico-cultural a partir do prisma da totalidade articulada como estrutura dada pela relação estabelecida entre os níveis da infraestrutura (base material da sociedade) com a superestrutura (representações ideológicas etc.). Segundo Marx, a totalidade social é regida por leis dialéticas, objetivas, determinadas, em última instância, pela infraestrutura que é movida, concretamente, pelas lutas de classes como motor de progressividade histórica. Para Marx, as relações sociais são marcadas pelas relações de produção de bens necessários à vida, por isso os homens se organizam em sociedade para garantir os fins da produção à subsistência, tendo no trabalho o elemento essencial não só de transformação social, mas também nas relações de transformação entre os homens e a natureza.

Para Marx, são as condições materiais de existência que promovem o nível de ação dos homens no mundo social, por isso que o seu método, a partir da relação entre materialidade social e o momento histórico específico, denomina-se de materialismo histórico, cuja premissa parte das relações materiais que os homens estabelecem entre si ao produzirem seus modos de vida em condições e representações historicamente determinadas.

A sociedade (formação social), conforme Marx, é palco de tensões sociais entre a classe que detém os meios de produção da riqueza social com aquela que produz, pelo trabalho, a riqueza social. Nesse caso, os modos de produção de bens (forma de atividade dos indivíduos) estão associados às forças produtivas (matéria prima etc.) e relações de produção (como se organiza para executar atividades produtivas). Marx relaciona, nesse caso, epistemologicamente, a crítica à economia política com suas pesquisas históricas e

políticas para construir seu pensamento social, embora não se autodenominasse de sociólogo.

O método dialético que Marx elabora tem sua origem na dialética de Hegel ao mesmo tempo em que se distingue do aspecto metafísico da filosofia hegeliana. Para Marx, a dialética materialista é a única capaz de, historicamente, analisar os fenômenos sociais a partir deles mesmos e como eles se processam no devir. Por isso, o materialismo histórico é a chave interpretativa das ciências sociais de corte marxista, visto que obriga o observador a analisar o dado real sem as arbitrariedades dos sujeitos, criticando o idealismo alemão por ter apreendido o ser no pensamento, quando este apenas investiga o ser a partir dele mesmo.

Émile Durkheim, a exemplo de Comte e Marx, toma a estrutura social como elemento chave do seu método investigativo, porém, com a novidade do fato social ser objeto de pesquisa do seu pensamento sociológico, pois, segundo ele, fato social é todo acontecimento ou sentimento exterior, coercitiva e geral aos indivíduos em sociedade. Portanto, o fato social se caracteriza por ser exterior, coercitivo e geral aos indivíduos, sendo uma realidade objetiva que paira sobre as consciências individuais. O fato social é o elemento objetivo da sociologia durkheimiana, afastando-se de outros domínios como biologia e psicologia, por exemplo.

Influenciado por sua formação filosófica, Durkheim, ao estudar um determinado problema, primeiro apresentava o seu ponto de vista como conceito; segundo, rejeitava todas as opiniões em contrário; terceiro, elaborava uma explicação de natureza sociológica, isso para assinalar que a sociologia também poderia produzir conhecimento científico.

Em sua obra *As regras do método sociológico* (1968), Durkheim apresenta um conjunto de regras destinado a estudar o fato social.

A primeira regra se destina à observação dos fatos sociais: a boa observação dos fatos sociais recomenda tratá-los como coisas, procurando com isso o afastamento de prenoções e o agrupamento dos fatos segundo seus caracteres exteriores, que devem ser objetivos. A segunda consiste na distinção do normal e do patológico que procura enunciar a identificação entre o anormal, normal e a média, e aplicar as regras a alguns casos como o crime, por exemplo, concluindo que o crime é um fenômeno normal do ponto de vista social. A terceira regra se relaciona à constituição dos tipos sociais, responsável em prescrever a classificação das sociedades da mais simples a mais complexa, buscando em cada uma o segmento original. A quarta regra diz respeito à explicação dos fatos consistindo em pesquisar separadamente a causa eficiente que produz e a função que preenche, recomendando que a causa determinante de um fato social seja buscada nos fatos sociais que o antecederam e não entre os estados de consciência individual. A quinta e última regra se relaciona à administração de provas, que procura estabelecer o método comparativo ou as variações concomitantes como o método próprio da sociologia, a classificação.

Contudo, o grande dissenso no pensamento clássico das ciências sociais atinge o seu apogeu com Max Weber, pois, para este, a “ação social” constitui o seu objeto de investigação científica e o seu método é o da compreensão como busca da racionalização dos sentidos pela figura heurística do tipo ideal. Segundo Weber, a construção do objeto recai sobre os indivíduos (atores sociais) que, dotados de vontade própria e movidos por interesses subjetivos, são tomados como sujeitos da história, pensada como não-determinada, mas apenas produto de interação de múltiplos interesses individuais, em que a história, sempre imprescindível, não está sujeita às leis estruturais determinadas.

De acordo com Weber, o social não é tido como fenômeno objetivo, visto que a subjetividade é pensada como inerente ao próprio fenômeno, uma vez que deriva da subjetividade dos atores sociais que, ao interagirem, produzem-no. Weber propõe a construção de tipos ideais como pré-requisito necessário para que se possa, a partir deles, elaborar conhecimento científico de fenômeno intrinsecamente subjetivo.

O pensamento de Max Weber é uma forte marcação nas ciências sociais. Para ele, ao contrário de Durkheim que entendia ser o fato social objeto desta ciência, a sociologia compreensiva tem como elemento central de suas investigações a “ação social”, isto é, a conduta humana dotada de sentido em que se busca compreender as motivações pessoais dos atores sociais. Portanto, é tarefa da sociologia descobrir os sentidos das ações humanas presentes na realidade social de forma explícita ou implícita, isso partindo da premissa de que o caráter social da ação decorre da interdependência dos indivíduos. O ator age sempre em função de sua motivação e da consciência de agir em relação a outros atores sociais.

Weber entendeu que o social só se manifesta por meio dos indivíduos, rejeitando o evolucionismo pregado pelos positivistas. Para Weber, a ação humana é social à medida que, em função da significação subjetiva que o indivíduo lhe atribui, toma em consideração o comportamento dos outros e é por ele afetada no seu curso. No seu modo de ver, o homem confere sentido à sua ação ao estabelecer conexão entre o motivo da ação e seus efeitos. Considerada em relação aos outros, uma ação social tem sentido para outros quando há uma percepção de significados; assim, ação social decorre de um conjunto de valores sociais internalizados pelo grupo e partilhados por uma cultura.

Compreender uma ação social é captar e interpretar a conexão de sentidos em que ela se inclui. Com isso, pode-se assinalar que

“ação social” é uma interação social que os indivíduos efetivam a partir de objetivos e interesses. Desta forma, a proposta de “compreensão”, segundo Weber, é um esforço interpretativo do passado e suas repercussões nas características peculiares das sociedades contemporâneas. Essa compreensão visa possibilitar ao investigador apreender o sentido dos fatos, uma vez que este sentido é uma conjunção dos aspectos histórico e social. A sociologia compreensiva não é um psicologismo que reduz as condutas sociais ao aspecto puramente subjetivo que os agentes lhe atribuem. Configura-se, na verdade, como uma tentativa de apreender os processos de combinação e decomposição a partir dos quais emergem tipos sociais e individualidades históricas. Assim, a *interpretação* é compreensível por ser racionalizada metodologicamente.

Mediante o objeto que traça a sociologia, Weber constrói, originariamente, um método específico para dar conta dos problemas sociais. Para tanto, sua metodologia é tipológica, ou seja, o tipo ideal, construção teórica a partir dos casos concretos que se constituem como instrumento de análise, permite comparações de estruturas, ações e relações de dominação.¹⁴ O tipo ideal é a chave metodológica que Weber elaborou para *interpretar* as relações que os homens estabelecem entre si. Logo, o sociólogo deveria compreender os

¹⁴ Tipos Ideais de Dominação

	LEGAL	TRADICIONAL	CARISMÁTICO
DOMINAÇÃO	Em virtude de uma norma ou estatuto; racional, leis, regulamento.	Em razão dos poderes do senhor; tradição, costume.	Qualidades do líder; relação daqueles que segue.
RELAÇÃO	Superior: razão do cargo, da função, da ocupação.	Senhor: em razão de sua origem, dignidade e fidelidade.	Afeto, admiração, devoção.
TIPO IDEAL	Burocracia/serviço, profissionalismo, legal.	Patriarcalismo, servidores destacados do senhor.	Heroísmo: herói, profeta, guerreiro.

acontecimentos sociais não como fatos sociais, mas como ações eivadas de sentido social.

O tipo ideal é um conceito utilizado como processo heurístico de um objeto cultural, social ou político, que o pesquisador constrói a partir de elementos reais, cujo fim é a própria compreensão da realidade. Por outra, o tipo ideal é essencialmente um auxílio interpretativo que se vincula à metodologia da sociologia. A especificidade do tipo ideal é a de ser uma construção que lança mão, ao mesmo tempo, da observação da realidade e da relação entre imaginação e lógica. Assim, o pesquisador o elabora reunindo características de um fenômeno ou de uma realidade que julga essenciais como, por exemplo, a racionalização da burocracia.

O tipo ideal é, pois, uma abstração no sentido em que ele é uma construção do espírito para fins de pesquisa no pensamento sociopolítico-cultural. Ele não corresponde a uma realidade, ele ajuda a compreendê-la pelo seu processo de comparação, por *interpretação*. A importância do tipo ideal reside na possibilidade que compara realidades e validades observáveis com o tipo puro que o pesquisador construiu para constatar essas realidades que se afastam ou se aproximam dele. Assinala-se que o tipo ideal ou tipo puro é uma construção metodológica cujo fim é compreender o ator e o seu papel social. O tipo puro busca compreender a realidade interpretando seus movimentos socialmente.

Considerando a metodologia típico-social, retoma-se a abordagem sociológica de ação social para efeito de estudo das relações sociais. Destarte, Weber propôs alguns modelos de “ação social” para interpretar os seus múltiplos sentidos, por assim dizer, chamando-os de tipos puros de ações, considerando quatro tipos, a saber: 1 – ação racional visando fins: é a relação entre meios e objetivos, pois se alcança o resultado desejado quando se lança mão dos meios para conseguir um determinado fim; 2 – ação

racional visando aos valores: nesse caso, há um valor que inspira a ação observando crenças, aspectos políticos, morais, estéticos etc., o sentido da ação se encontra na própria conduta vista haver um valor inspirando a ação; 3 – ação afetiva: é inspirada em emoções imediatas como vingança, desespero, admiração, medo etc., não há motivação racional, pois o agente não é motivado conscientemente, por isso difere da ação racional visando aos valores; 4 – ação tradicional: é aquela oriunda dos hábitos e costumes cujo valor está na crença fornecida pela tradição (WEBER, 2000, p. 13-16).

O esforço teórico de Weber pode ser sintetizado nos seguintes termos: sua análise *interpretativa* (contrário às explicações positivistas de corte naturalista) sobre os problemas oriundos do processo sócio-histórico deve partir da variedade com que o investigador realiza operações para interpretar o sentido de cada ação social efetivada no passado ou no presente.

Por fim, as quatro clássicas leituras das ciências sociais são suficientes para uma breve reflexão sobre o problema em tela. Cada uma dessas escolas, ou os contemporâneos como Darcy Ribeiro e Pierre Bourdieu, por exemplo, para não citar outros, mesmo concordando com alguns elementos teóricos básicos, discordam entre si de pontos substantivos de natureza teórico-metodológica. Mas será que isso constitui um problema para as ciências sociais? Sim. Todavia, esse problema causa algum prejuízo a sua natureza científica? Não.

Constituir um problema significa que os elementos problemáticos dos objetos e da metodologia são complexos, e isso implica dizer que necessitam de apurado aprofundamento reflexivo para construção de conceitos generalizantes, abrangentes e sofisticados. Quanto ao prejuízo, isso é irrelevante, pois os problemas quanto ao método e ao objeto pelos quais se instalaram nas ciências sociais, também são comuns na matemática, por exemplo.

O matemático austríaco Kurt Gödel em sua Teoria da Indecibilidade assevera que os problemas postos pela matemática só podem ser resolvidos fora dela, o que é um paradoxo. Nesse sentido, até a matemática tem problemas controvertidos, a despeito de ser uma ciência formal de alta reflexão e com base reconhecidamente sólida. No entanto, o que esperar das ciências sociais com aproximadamente 170 anos?

Comte é influenciado pelo pensamento francês de Descartes até Saint-Simon passando por Condorcet. Marx é profundamente influenciado pelo idealismo alemão e, especialmente, pelo pensamento de Hegel que o perseguiu até o seu clássico *O capital*, a despeito de importantes considerações contrárias apresentadas por Louis Althusser. Durkheim, embora seja tomado pelo positivismo, encontra-se, num outro momento histórico daquele de Comte, no que sofre novas influências, inclusive da escola marxista, muito embora propugne por um socialismo de cátedra. Weber é um neokantiano pelas mãos de Dilthey que recoloca, no âmbito da sociologia, o enfoque histórico das ações humanas.

Cada um desses autores no seu tempo apresentou seus enfoques como se cada um tivesse, verdadeiramente, tocado no centro do real. Ledo engano, apenas arranharam este ou aquele aspecto teórico-metodológico, mesmo que relevantes, mas insuficientes para querer que as ciências sociais se constituam numa objetividade tal que, depois de Heisenberg, a própria física também perdeu sua ideia de absolutez.

Assim, a delimitação do objeto de investigação nas ciências sociais quanto aos problemas e métodos parecem ser cíclicos, pois isso implica dizer que as análises elaboradas pelas ciências sociais estão sob o impacto dos grandes acontecimentos históricos. Enfim, as ciências sociais são ricas porque os seus enfoques teórico-metodológicos são múltiplos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema por trás da discussão em torno da delimitação metodológica das ciências sociais é a objetividade, “*visto que, como toda ciência, ela está voltada para objetos, ela tem de estar sujeita às leis inerentes à essência da objetividade em geral*” (HUSSLERL, 2006, p. 44). Por isso, “*tem de proceder de acordo com os princípios formais tratados na lógica formal*” (Ibidem). Nesse caso, as ciências sociais só podem ser tomadas como ciência caso o esforço do cientista volte ao plano metodológico como busca dessa mesma objetividade que conferirá às ciências sociais o *status* de ciência que as ciências naturais possuem desde os antigos pensadores gregos. Contudo, segundo a crítica de Husserl (2008, p. 86), *só no puro*:

*Conhecimento científico-espiritual o cientista escapa a objetividade que se encobre a si mesmo em seu saber. Por isso é errôneo, de parte das ciências do espírito, lutarem com as ciências da natureza por uma igualdade de direitos. Logo que aquelas reconhecem as últimas uma objetividade que se basta a si mesma, elas mesmas sucumbem no objetivismo. Mas tais como hoje estão divididas em suas múltiplas disciplinas, as ciências do espírito carecem da racionalidade última, autêntica, possibilitada por uma cosmovisão espiritual. Precisamente, esta falta generalizada de uma genuína racionalidade e a fonte da obscuridade já insuportável do homem sobre sua própria existência e suas tarefas infinitas. Estas se encontram inseparavelmente unidas numa única tarefa: **Só quando o espírito deixar a ingênua orientação para o exterior e retornar a si mesmo e permanecer consigo mesmo e puramente consigo mesmo, poderá bastar-se a si.***

Estas profundas observações de Husserl consistem num chamamento das ciências sociais sobre si à medida que devem jogar no esquecimento a tarefa de igualar-se às ciências da natureza, visto que o objeto daquelas compreendem o *espírito retornar a*

si mesmo e permanecer consigo mesmo e puramente consigo mesmo, bastando a si. Esta tarefa constitui a premissa de que as ciências sociais devem tomar o homem pela raiz sem preocupar-se com o estatuto epistemológico das ciências naturais, ou mesmo pleitear uma objetividade sem passar pela subjetividade de carne e osso, pois, do contrário, não logrará sucesso por hesitar entre a ingenuidade e a realidade.

Contudo, como convencer um cientista social de que sua atividade prescindirá da objetividade? De que maneira um discurso da não-objetividade será bem-vindo na esfera destas ciências que, as duras penas, por meio de seus estudiosos vêm há quase dois séculos investigando, debatendo, refletindo etc. sobre a natureza do método como limite de sua objetividade enquanto fazer científico? Estas questões ainda incendeiam o debate nas ciências sociais. Entretanto, uma resposta que acirrará a referida discussão parte do universo fenomenológico quando Ferrari pondera que o pesquisador:

Diferente da abordagem empírico-analítica a fenomenológico-hermenêutica não confia na percepção imediata do objeto que somente proporciona as aparências, mas busca resgatar o verdadeiro sentido dos fenômenos aparentes e esclarecer a questão de saber em que estado se encontra o ser com sua possibilidade mais originária. Nessa concepção, a ciência deve ir da aparência à essência (2008, p. 63).

Do exposto, Ferrari propugna, para as ciências sociais, um método interpretativo-compreensivo em que aproxima a fenomenologia do corte epistemológico weberiano, substituindo a tradicional relação entre *sujeito e objeto* pela fenomenológica *eu e fenômeno*. Essa visão ousada cria mais outra *aporia* para se analisar a problemática metodológica que tem impacto sobre o universo das ciências sociais. Contudo, o desafio fica por conta dos fenomenólogos em verificar a procedência do alinhamento com

a fértil escola weberiana que, ao contrário das demais, ressalta o aspecto subjetivo como critério de objetividade que mais se aproxima da crítica fenomenológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1982. Tradução de Alfredo Bosi.
- ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002. Tradução de Sérgio Bath.
- BACHELARD, G. A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996. Tradução de Estela dos Santos Abreu.
- BOBBIO, N. et alii. Dicionário de Política. Brasília: Ed. Unb, 1997. Tradução de Carmem C. Varrialle et alii.
- _____. Ensaio sobre ciência política na Itália. Brasília: Ed. UnB, 2002. Tradução de Maria. F.F. Marcondes.
- CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2001.
- COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de August Comte. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.
- COMTE, A. Curso de filosofia positiva. In: Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973. Tradução de J. A. Giannotti.
- _____. Discurso sobre o espírito positivo. In: Os pensadores. In: São Paulo: Abril, 1973. Tradução de J. A. Giannotti.
- DURKHEIM, É. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1974. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz.
- DUVERGER, M. Ciência política – teoria e método. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962. Tradução de Heloisa de Castro Lima.
- FERRARI, Pedro. [A dinâmica da pesquisa na área de filosofia e educação no programa de pós-graduação em educação da FE/Unicamp](#): teses de doutoramento defendidas no grupo de estudos e pesquisas em filosofia e educação paidéia. Tese Doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- FRIEDE, Reis. Percepção científica do direito. São Paulo: História, 28 (2): 2009.
- FREUND, J. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Tradução de Luís Claudio de Castro e costa.

-
- GALILEI, Galileu. O ensaiador. In: Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Tradução de Helda Barroco.
- GOMES, Mércio P. Antropologia. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.
- HUSSERL, E. Ideia de fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1989. Tradução de Atur Mourão.
- _____. A ingenuidade da ciência. São Paulo: Scientiae Studia, 2009. Tradução de Marcella Marino Medeiros Silva.
- _____. Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica. Aparecida: Ed. Ideias e Letras. 2006. Tradução de Carlos A. R. Mourão.
- _____. A crise da humanidade europeia e a filosofia. Porto Alegre: ediPUCRS, 2008. Tradução de Urbano Zilles.
- JAPIASSU, H. Questões epistemológicas. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KOENIG, Samuel. Elementos de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, Tradução de Vera Borda.
- LAKATOS, Eva M. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 1987, 21.
- LALANDE, A. Vocabulário técnico e crítico da filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de Fátima Sá Correa et alii.
- MARCINI, Maria de A. e PRESOTTO, Zelia M.N. Antropologia uma introdução. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.
- MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia alemã. Porto: Editorial Presença, 1974. Conceição Jardim e Eduardo Lucio Nogueira.
- _____. Manifesto comunista. São Paulo: Ed. Boitempo. 2005. Tradução Álvaro Pina.
- MOYA, Carlos. Imagem crítica da sociologia. São Paulo: Cultrix, 1977.
- QUINTANEIRO, Tania et alii. Um toque de clássicos. Durkheim, Marx e Weber. Belo horizonte: UFMG, 1999.
- VICO, G. La scienza nuova. Milano: Ed. Einaudi, 1959.
- WEBER, Max. Economia e sociedade. Vol. I. Brasília: UnB, 2000. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa.
- _____. Ensaio sobre a teoria das ciências sociais. São Paulo: Centauro, 2003. Tradução de Rubens Eduardo Frias.